

Um plano, muitas divergências

Economia - Planalto

RICARDO ALLAN

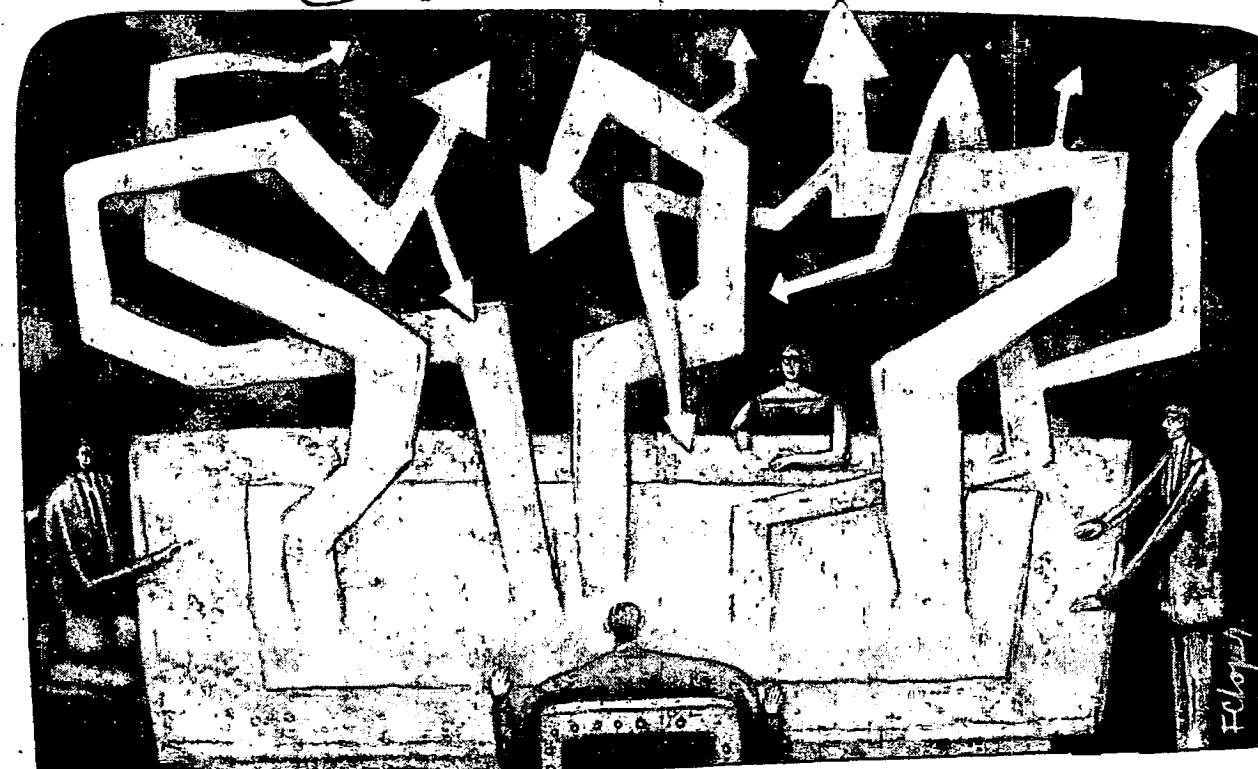
DA EQUIPE DO CORREIO

Pressionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a equipe econômica começou a anunciar, de forma improvisada, as medidas para impulsionar o crescimento do país. Provavelmente por isso, as iniciativas divulgadas até agora não constituem um plano harmônico e têm pouco potencial para fazer a economia de fato crescer 5% ao ano, ritmo exigido pelo presidente. O início da divulgação não conseguiu esconder as fortes divergências no governo.

Segundo um técnico do Ministério da Fazenda, que trabalha no pacote, o ministro Guido Mantega, coordenador dos estudos, tem sofrido fortes pressões de Lula, que cobra insistentemente medidas de impacto. "Ele quer 100% de certeza de que a economia vai crescer 5% ou mais. Mas as coisas não acontecem dessa maneira", pondera.

Como o presidente ainda não confirmou a equipe do segundo mandato, todos querem parecer mais "ousados" e, assim, permanecer nos cargos. Em contatos com grandes empresários ao longo da semana, ministros palacianos admitiram que há profundas divergências na equipe em torno de alguns pontos importantes.

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, tem simpatia por duas medidas específicas que resultariam em mais recursos para estados e municípios investirem. Ele aceita a proposta de capitalização da Caixa Econômica Federal (CEF) com recursos do Tesouro Nacional para que ela possa emprestar mais para governos estaduais e prefeituras. Hoje, a Caixa já esgotou o teto permitido por lei



para esses negócios. A medida complementar seria a elevação dos limites de endividamento estaduais e municipais pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), permitindo a contratação de novos empréstimos. No anúncio das sete primeiras medidas, anteontem, Mantega torpedeou as duas idéias, porque poderiam prejudicar o equilíbrio das contas públicas, o que é indesejável.

Outra demonstração de desentendimento se deu entre Mantega e o ministro

do Trabalho, Luiz Marinho, que afirmou haver consenso dentro do governo sobre a desoneração da folha de pagamentos das empresas via transferência de alguns encargos para o faturamento. A nova forma de cobrança valeria, por exemplo, para a contribuição previdenciária, que migraria progressivamente para o novo sistema. À tarde, Mantega descartou essa hipótese. Segundo ele, a desoneração será feita com a criação de um mecanismo, ainda em estudo, que gere créditos tribu-

tários para as empresas. A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, disse a empresários que não há consenso.

No plano das divergências, a reforma da previdência é um capítulo à parte. Nas reuniões no Palácio do Planalto, o secretário-executivo da Fazenda, Bernard Appy, tem defendido uma reforma que estabeleça idade mínima para a aposentadoria e o fim da vinculação dos benefícios ao salário mínimo. A intenção é reduzir a pressão sobre o caixa da Pre-

vidência e garantir a saúde do sistema no longo prazo. Sem fazer alarde público, Mantega apóia a idéia. Marinho e o próprio ministro da Previdência Social, Nelson Machado, são contrários à reforma e conseguiram convencer Lula a não meter no assunto.

Ansiosos por saber quem vai vencer as batalhas, os investidores têm acompanhado de perto esses desencontros dentro do governo. Os analistas criticaram as medidas anunciadas porque ainda não foram acompanhadas por corte de gastos. O governo não disse como vai fazer para absorver os R\$ 12 bilhões de perdas de receitas que a desoneração tributária vai gerar no ano que vem com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento. As medidas de contenção de gastos debatidas em público até o momento não dariam conta do recado.

Outro exemplo de desentendimento é a criação do fundo de investimento em infra-estrutura com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que deve ter R\$ 5 bilhões. Na quarta-feira, Mantega disse que o fundo seria criado por meio de medida provisória (MP). No entanto, a proposta ainda está sendo analisada pelo corpo jurídico da Casa Civil, que definirá se o fundo de infra-estrutura será criado por meio de MP ou projeto de lei. Importantes integrantes de governo têm demonstrado sua insatisfação com o que chamam de "precipitações" de Mantega. "Há ministros que saem falando as coisas antes de elas estarem definidas. Isso não é bom", critica um importante interlocutor do Palácio do Planalto.

COLABORARAM MARCELO TOKARSKI
E EDNA SIMÃO

CORREIO BRAZILIENSE

25 NOV 2006